

A FEB e a Liga Espírita do Brasil

Mauro Quintella

Em 11 de abril de 1900, Bezerra de Menezes desencarna e o vice-presidente Leopoldo Cirne assume a direção da FEB.

A primeira providência de Leopoldo Cirne é promover uma profunda reforma nos estatutos da instituição.

Uma das mudanças é retirar os amplos poderes concedidos ao Presidente, por julgar que só seu antecessor tinha direito a esse privilégio.

A outra é eliminar o estudo obrigatório de J.B. Roustaing, por acreditar que esse artigo desagradava os companheiros que não aceitavam a obra, dificultando a união dos espíritas em torno da Federação.

O estudo de Os Quatro Evangelhos passaria a ser opcional na FEB para que não a acusassem de estar impondo Roustaing ao movimento. As modificações foram aprovadas na assembléia do dia 5 de novembro de 1901.

Leopoldo Cirne era um ardoroso admirador do advogado bordelense. No entanto, por algum motivo, passou a considerar que a unificação era mais importante que o fortalecimento do roustanguismo. Acredito que essa transformação começou no meio da luta entre místicos e científicos, quando pediu paz ao movimento no Reformador.

Na prática, não haveria nenhuma mudança interna. Como os roustanguistas eram maioria absoluta dentro da FEB, Os Quatro Evangelhos continuariam a ser estudados em suas reuniões. Mas até quando duraria essa supremacia? Essa era a grande preocupação dos adeptos de Roustaing.

A perda de poder interno e externo desagradou alguns roustanguistas mais radicais, que começaram a fazer oposição a Cirne.

Em 1902, alguns centros espíritas aprovam estatutos idênticos aos da FEB, a fim de tornarem-se núcleos unificadores. Cirne analisa a questão no Reformador de 15 de novembro daquele ano: "... se as sociedades do interior se propõem a desempenhar o mesmo papel da Federação, se todos pretendem constituir-se o núcleo das convergências das atividades espíritas do nosso país, o que, em lugar da união, se consegue é a anarquia e a dispersão".

A fim de diminuir esses problemas, a FEB aproveita o centenário de nascimento de Kardec e promove uma reunião sobre a Unificação.

O evento, que contou com a presença de expressivas sociedades espíritas da época, desdobrou-se pelos dias 1, 2 e 3 de outubro de 1904. A medida mais importante foi a aprovação do documento Bases da Organização Espírita, cuja principal sugestão era a criação, em cada Estado, de uma entidade federativa local, ligada à Federação Espírita Brasileira.

Na época, só existiam duas casas com essas características: a Federação Espírita Amazonense e a Federação Espírita do Paraná.

Cedendo às pressões internas, Leopoldo Cirne permitiu que Aristides Spínola, redator do "Bases", recomendasse o estudo opcional de Roustaing.

Depois de 10 anos, no dia 28 de fevereiro de 1914, Aristides Spínola, em meio a uma tumultuada assembléia, substituiu Cirne na presidência da FEB. Esse confronto, evitado por muitos anos, aconteceu por causa da crescente insatisfação com a eliminação da obrigatoriedade do estudo de Roustaing.

Outro problema foi o projeto da Escola de Médiuns, que contava com a ferrenha oposição de Pedro Richard.

Pedro Richard dirigia a Assistência aos Necessitados, departamento beneficente da FEB (que já tinha sido um dos motivos da saída de Dias da Cruz) e considerava a Escola de Médiuns uma idéia pedante e academicista. A situação ficou tão crítica que os médiuns receiptistas da Assistência prometeram abandonar a FEB, caso Cirne fosse reeleito.

De 1914 a 1924, a sequência de presidentes foi a seguinte:

Aristides Spínola - 1914 a 1916

Manuel Quintão - 1915

Aristides Spínola - 1916 a 1917

Manuel Quintão - 1918 a 1919

Guillon Ribeiro - 1920 a 1921

Aristides Spínola - 1922 a 1924

Em 1917, em seu segundo mandato, Spínola restabeleceu a obrigatoriedade do estudo de Roustaing e, em 1924, durante o terceiro, criou o (primeiro) Conselho Federativo da FEB, órgão destinado a congregar as federações espíritas estaduais. Em 1925, sob o comando de Luíz Barreto, é aprovado o regulamento de adesão das federativas à Federação. Esse regulamento recomendava O Evangelho segundo o Espiritismo de Allan Kardec ou Os Quatro Evangelhos de J.B Roustaing para o estudo da parte moral do Espiritismo.

Nesse ano haveria um acontecimento político de magna importância. O governo de Arthur Bernardes promoveria uma reforma constitucional.

Um deputado católico, chamado Plínio Marques, representante do Paraná, pretendia introduzir na reforma as famosas emendas religiosas, oficializando o estudo do

Catolicismo nos escolas do país. Houve um movimento de reação nacional. Evangélicos, espíritas, maçons e outros grupos filosófico-religiosos se coligaram para derrubar as tais emendas na Câmara Federal (e tiveram sucesso). Quando as emendas começaram a ser discutidas na Câmara, o segmento espírita dessa associação ecumênica começou a fazer reuniões nos Centros para obter o apoio do movimento contra o projeto do deputado paranaense. O sucesso do empreendimento foi tão grande que eles decidiram ampliar suas intenções e começaram a discutir os problemas da Unificação. Desses debates saiu a idéia de realizar um Congresso Constituinte Espírita Nacional.

No dia 16 de outubro de 1925, a Comissão Preparadora do Congresso distribuiu uma circular ao movimento, pedindo que as sociedades espíritas comparecessem ao evento, convocado para o dia 31 de março de 1926. O objetivo do Congresso era fixar uma organização unificacionista modelar e criar uma nova entidade federativa de âmbito nacional.

A direção da Federação Espírita Brasileira também recebeu o convite e evidentemente recusou-se a participar do evento.

O convite feito à Federação só pode ser entendido como uma manobra política, pois os integrantes da Comissão Preparadora não desconheciam o papel de liderança que a FEB sempre quis exercer.

Se a FEB aceitasse o convite, estaria aceitando a subordinação ao Congresso. Se recusasse, poderia ser acusada de pretenciosa e autoritária.

Luiz Barreto explicou a recusa da Federação numa carta à Comissão Preparadora, publicada no Reformador de 1º de dezembro de 1925, e acelerou as providências para a instalação definitiva do (primeiro) Conselho Federativo da FEB, numa clara intenção de esvaziar o Congresso.

Na mesma edição do Reformador, a direção da casa faz publicidade do Conselho Federativo:

"Transforma-se (...) em quase certeza a esperança (...) de que, em 1926, se celebre, nesta capital (...), a primeira reunião dos delegados das associações que, até lá, se (...) tiverem tornado adesas, para o fim indicado no Artigo 117 dos estatutos (...) da Federação, artigo que define o Conselho e lhe traça a órbita de ação".

Na edição de 16 de janeiro de 1926, o Reformador reproduziu um artigo publicado pelo jornal Aurora. Era uma acusação aos que apregoavam a Unificação sem sinceridade. A redação do Reformador endossou o artigo e reforçou as críticas aos companheiros que, na sua opinião, estavam semeando a confusão no movimento.

A Comissão Preparadora não gostou dos doestos e enviou uma longa carta à FEB, refutando as críticas que lhe foram dirigidas. Na edição de 16 de fevereiro de 1926, o Reformador publicou os principais trechos da carta e a respondeu através do artigo "Um repto improcedente".

A Comissão Preparadora não se deu por vencida e reiterou o pedido para que a FEB se fizesse representar no Congresso.

No relatório anual das atividades de 1925, publicado no Reformador de 1º de março de 1926, a FEB reafirma sua decisão de não participar do Congresso Constituinte. A certa altura, diz o texto:

"Qualificam-nos, por isso, de intolerantes. Mas onde a nossa intolerância? Digna atitude é a nossa, perseverando nos propósitos (...) que nos animam, na defesa (...) do posto e na execução da tarefa que nos foram confiados e dos quais, se nos afastássemos, praticaríamos culposa defecção".

Além disso, o 2º secretário Guillon Ribeiro respondeu oficialmente à carta da Comissão Preparadora, informando que a FEB não compareceria ao Congresso Constituinte.

Sem a presença da FEB, o Congresso Constituinte Espírita Nacional teve início na data prevista, 31 de março de 1926.

O evento ocorreu no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, situado na Rua do Passeio Público (em frente ao parque do mesmo nome). Durante 10 dias, os congressistas discutiram os rumos do movimento espírita brasileiro.

Na sessão do dia 4 de abril, os participantes do conclave decidiram renovar à FEB o pedido para que se fizesse representar.

Uma de duas: ou havia um sincero desejo de discutir os problemas da Unificação com a FEB, ou uma obsessiva vontade de subordiná-la ao Congresso.

A FEB, é lógico, sempre entendia esses convites como uma ofensa à sua posição de federativa nacional e respondia negativamente.

Para responder esse último, o presidente Luiz Barreto enviou uma carta ao Congresso, datada de 7 de abril de 1926, onde, em determinado momento, dizia o seguinte:

"... apelamos para vosso lúcido critério e perguntamos: que iria fazer um representante da Federação no seio da Constituinte Espírita? Ouvir doestos a baldões, ironias e sarcasmos? Assistir de alma constrangida à discórdia em nome da concórdia..."

A recusa foi finalmente aceita.

A Federação Espírita Brasileira também tinha seus aliados e recebeu diversas manifestações de apoio e solidariedade. Vários registros de repúdio ao Congresso foram publicados no Reformador nas edições de 1º de janeiro, 1º de fevereiro, 16 de fevereiro, 1º de março, 16 de março e 1º de maio de 1926.

O Congresso Constituinte Espírita Nacional contou com a presença de 286 das 620 instituições convidadas. Pouco mais que um terço.

A presidência do evento ficou a cargo do Desembargador Gustavo Farnese. O grande escritor maranhense Henrique Maximiano Coelho Neto, radicado no Rio de Janeiro e considerado o Príncipe dos Prosadores Brasileiros, ocupou a vice-presidência.

Dentre outros congressistas, estiveram presentes as seguintes lideranças: Jacques Ourique, Nóbrega da Cunha, Xavier de Araújo, João Torres, Jarbas Ramos, Estevão Magalhães, Guiomar Ramos, Antônio Ferraiuolo, Bertoldo dos Santos, Florentino Rego, Arthur Machado, Eutychio de Campos, Alfredo Molinaro, Brandão da Rocha, Lameira de Andrade, Arthur Fonseca, Cândido Damázio, Leal de Souza, Alves Júnior, Demétrio Hamann, Raul Harriot e o velho Angeli Torteroli, nessa época com 77 anos de idade.

Depois de acaloradas discussões, a plenária do Congresso Constituinte aprovou a Constituição Espírita do Brasil. Segundo esse documento, a instância máxima dos espíritas brasileiros passaria a ser a Assembléia Espírita do Brasil, que se reuniria anualmente.

O órgão executor das decisões da Assembléia seria a Liga Espírita do Brasil, uma nova entidade federativa nacional, fundada naquela oportunidade.

Mais tarde, deveriam ser fundadas ligas municipais e estaduais para congregar os Centros Espíritas que desejassem participar desse esquema federativo (o que aconteceu apenas em Minas Gerais, Pernambuco, Petrópolis e Juiz de Fora).

Logo depois do Congresso Constituinte, Luiz Barreto convocou a primeira reunião do Conselho Federativo da FEB, que deveria ocorrer entre os dias 3 e 8 de outubro daquele ano.

O convite teve boa receptividade e o evento contou com a presença de diversas delegações (maiores detalhes podem ser colhidos no opúsculo Resenha dos Trabalhos da Primeira Reunião do Conselho Federativo, de Guillon Ribeiro, editado em 1938 pela FEB).

Em 1927, Luiz Barreto foi substituído por Paim Pamplona. Pamplona ficou no cargo até o final de 1928, sendo sucedido por Manuel Quintão em 1929. Era a terceira vez que Quintão ocupava a presidência da FEB.

A segunda reunião do Conselho Federativo da FEB estava programada para aquele ano, mas acabou não acontecendo.

Em 1930, Guillon Ribeiro assumiu a presidência da casa e prometeu convocar o Conselho no ano seguinte. No entanto, por causa de problemas internos e externos, a programação foi abortada.

No plano interno, o inusitado e engraçado plebiscito sobre Kardec ou Roustaing, patrocinado por Mariano Rango D'Aragona, membro da Liga Espírita do Brasil, agitou o movimento. Mariano não obteve o apoio da Liga, mas conseguiu a simpatia da Revue Spirite, nessa época dirigida por Jean Meyer e Hubert Forestier.

Kardec teria vencido por 3.171.400 votos de diferença (não existem informações sobre a segurança do pleito).

No plano externo, a Revolução de 30 lançou o país em nova fase de instabilidade política, que desaconselhava assembleias de qualquer natureza.

Guillon justifica sua decisão no Reformador de 2 de janeiro de 1932:

"... tendo se agravado (...) as crises que nos assoberbam, talvez só as entidades (...) desta capital e uma ou outra, dos estados mais próximos, enviassem representantes (...) para constituírem o Conselho".

A segunda reunião do Conselho Federativo da FEB só foi acontecer no dia 3 de outubro de 1933.

Em 1938, a FEB lançou um livro que causou grande polêmica no movimento: Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho, do Espírito Humberto de Campos, psicografado pelo médium Francisco Cândido Xavier.

Dentre várias coisas questionáveis, a nível lógico, histórico e doutrinário, a obra exaltava a trajetória e o papel da Federação Espírita Brasileira, como órgão centralizador do movimento espírita no Brasil, e afirmava que Roustaing teria sido um auxiliar de Kardec na constituição do Espiritismo.

Várias lideranças criticaram acerbamente o livro - 6ª obra da extensa produção literária do médium mineiro, que, nessa época, tinha apenas 26 anos.

Esse período se encerra em 1943, com a desencarnação de Guillon Ribeiro e a ascensão de Wantuil de Freitas à presidência da FEB.

Em sua edição de 1º de junho de 1926, o Reformador publicou um longo editorial, intitulado "Continuação de Programa, de Orientação e de Diretriz", onde exalta o ideário e a ação da Federação Espírita Brasileira.

O documento era uma crítica contundente aos trabalhos do Congresso Constituinte Espírita Nacional e à conseqüente fundação da Liga Espírita do Brasil.

No texto é transcrita uma mensagem do Espírito Aristides Spínola, ex-presidente da FEB, desencarnado em 1925.

A mensagem foi transmitida no Grupo Ismael e dizia o seguinte:

"Companheiros e amigos, recrudescer a luta.

As hostes aguerridas tomam posição de combate, vê-se-lhes, ao longe, o estandarte rubro e nele está escrito em letras de fogo: guerra de morte até o extermínio. Porém, a luta principal é contra o Evangelho de Jesus, que, fatalmente há de mudar as coisas na face do planeta.

Cuidado! Cuidado! O lobo pretende avizinhar-se do redil."

O tempo demonstrou que Spínola exagerou um pouco.

Em que pese suas divergências com a FEB, no que diz respeito a Roustaing e ao modelo federativo febiano, a Liga Espírita do Brasil foi uma entidade que prestou inestimáveis serviços à causa de Kardec no Brasil.

A acusação de que o Evangelho corria perigo não fazia o menor sentido, pois o programa doutrinário da Liga defendia o aspecto religioso do Espiritismo e exaltava a figura de Jesus (um dos eventos anuais da casa era a Semana do Cristo).

O primeiro presidente da instituição foi o Desembargador Gustavo Farnese, que implantou e organizou a Liga em seu próprio escritório de trabalho.

João Torres o sucedeu e inaugurou a sede provisória, onde instituiu um curso popular de Espiritismo. Além disso, fundou a REVISTA ESPÍRITA DO BRASIL, que circulou de 1929 a 1950.

O terceiro presidente, Henrique Andrade, deu prioridade à propaganda externa, realizando grandes comemorações públicas nas datas festivas do Espiritismo. Republicano histórico, grande poeta e acadêmico consagrado, Leôncio Correia foi o quarto presidente da casa. Utilizou o prestígio do seu nome para divulgar os trabalhos da Liga.

José Ludolf foi o quinto presidente. Adquiriu a sede própria e incrementou o trabalho de unificação.

O sexto e último presidente da Liga foi Aurino Souto, reeleito por três vezes. Aurino enfrentou sérios problemas com a polícia, que voltara a perseguir os espíritas.

Durante sua existência, a Liga Espírita do Brasil apoiou eventos da máxima importância, como o 1º Congresso de Educação Espírita, o 1º Congresso de Educação Infantil no Meio Espírita, o 1º Congresso de Mocidades Espíritas do Brasil e a fundação da Faculdade Brasileira de Estudos Psíquicos.

No recenseamento de 1940, a Liga instalou um posto de atendimento em sua sede para orientar os Centros Espíritas, trabalhando intensamente para que a condição de espírita figurasse nos questionários do censo.

A Liga lutou muito para defender a terapêutica espírita junto aos órgãos governamentais. Com isso, conseguiu um parecer favorável ao passe, concedido pelo Poder Judiciário do antigo Distrito Federal.

Foi a Liga quem instituiu a comemoração pública do dia 18 de abril, que, até então, só era feita dentro dos Centros. A iniciativa teve repercussão nacional e internacional e foi encampada pela Confederação Espírita Pan-Americana.

A Liga deu total apoio à Coligação Pró-Estado Leigo, associação ecumênica presidida pelo espírita Lins de Vasconcelos, membro da casa, que defendia a liberdade religiosa preconizada pela Constituição.

Além dos companheiros citados, fizeram parte da Liga os seguintes quadros:

Godofredo dos Santos, César Gonçalves, Deocleciano Ribeiro, Mário de Castro Pinto, Antônio Vieira Mendes, Jonatas Botelho, Edmundo Albuquerque, Deolindo Amorim, Moreira Guimarães, Calazans de Campos, Venâncio Martins, Francisco Klörs Werneck, Barbosa da Paixão, Braz Carelli, Bandeira de Melo, João Pinto de Souza, João Carlos de Assis, Álvaro de Abreu, Manoel Raimundo da Paz, Luciano Costa, Floriano Burlamaqui, Mário da Gama, Jacy Sebastião, Lipman Tesch D'Oliver, Sebastião Tourinho, Henrique Magalhães, José Fernandes de Souza, Constantino Gomes de Carvalho, J.B. Chagas, Francisco Tiago, Azevedo Silva, Orlando Sobreira, Néelson Batista, Geraldo de Aquino e Abstal Loureiro.

Aurino Souto foi o último presidente da casa porque o Pacto Áureo, firmado em 1949 entre a FEB e outras lideranças do movimento espírita nacional, a transformou numa entidade federativa de âmbito regional.

Como, nessa época, a Cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do Brasil, seu nome foi trocado para Liga Espírita do Distrito Federal.

Em 1960, o Distrito Federal muda para Brasília e o Rio transforma-se numa cidade-estado, a Guanabara. A instituição, então, passa a se chamar Liga Espírita do Estado da Guanabara. Pouco depois, transforma-se na Federação Espírita do Estado da Guanabara. Em 1976, ocorre o fim do Estado da Guanabara e a Cidade do Rio de Janeiro é reincorporada ao Estado do Rio de Janeiro, na condição de sua capital. É a chamada fusão. A FEEG também se funde com a antiga Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1915 e sediada em Niterói. Ambas passam a se chamar Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro. Uma ficou sendo a FEERJ - Seção Capital, e a outra a FEERJ - Seção Niterói. Essa fusão não resistiu às divergências das lideranças locais e a FEERJ - Seção Capital transformou-se na atual USEERJ - União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro.

A USEERJ passa a ser a representante oficial do estado no Conselho Federativo Nacional da FEB, empurrando a antiga FEERJ para o grupo das federações espíritas paralelas (onde, aliás, conta com a companhia da FEESP - Federação Espírita do Estado de São Paulo).

Alguns encarnados também exageraram em suas críticas à Liga. Um deles foi Luciano dos Anjos.

Na 4ª parte da série O Atalho, publicada no Reformador de novembro de 1973, Luciano chama os fundadores e membros da Liga de "aventureiros históricos". Segundo ele mesmo confessa, na série A Posição Zero, publicada no jornal Obreiros do Bem, a causa dessa bronca é o fato de a Liga ter sido fundada para "usurpar da Federação Espírita Brasileira o seu papel de fulcro do movimento e (...) combater Roustaing e a sua obra" (A Constituinte, o Plebiscito, o Pacto - Parte I).

A bem da verdade, não podemos negar essas acusações. No entanto, o que elas têm de diabólico? Em que Lei Universal está escrito que é proibido divergir da FEB e

de Roustaing e fundar outra federativa nacional? No entanto, ofender o próximo é coisa feia!

Na prática, porém, a Liga Espírita do Brasil nunca decolou como instituição nacional. Apesar de seus ótimos elementos e projetos, ela nunca passou de um grande e produtivo órgão regional.

Essa inquestionável realidade acabou arrefecendo o clima de beligerância entre a FEB e a Liga.

Na minha opinião, vários dirigentes da Liga respiraram aliviados quando a transformaram em entidade regional, por ocasião do Pacto Áureo. Era uma saída honrosa para um ambicioso projeto que não deu muito certo.

Mauro Quintela -

Grupo Espírita Bezerra de Menezes
Caixa Postal 1011
São José do Rio Preto, SP
Cep. 15025-990
Brasil